

Proposta Nº 3/ 1

Data de emissão : 09.01.2017

AGRIDIRECT
 PRECISÃO AGRÍCOLA


AgriDirect Precisão Agrícola Lda.

E. N. 118 Azeitada

2080-403 Benfica do Ribatejo

Contribuinte Nº: 508009820

Conserv. Registo Comercial: Almeirim

Capital Social: 5 000,00 € CAE: 46610

Camara Municipal de Sines

Lg. Ramos da Costa, 21A

SINES

7520-159 SINES

Nº Contribuinte 502563010

Referência	Designação	Quant. Unid.	Pr. Unit.	Desc.	Total
	Trator Agrícola CASE IH Farmall C95, inversor mecanico, Cabine A/c.	1,0	41 000,00		41 000,00
<p>AgriDirect Precisão Agrícola Unip. Lda A Gerência</p>					

Software PHC - Processado por programa certificado nº 0006/AT (20161209)-Este documento não serve de fatura

Página 1 de 1

Taxa	Base de Incidência	Valor do I.V.A.		
0%			Total Ilíquido :	41 000,00
6%			Desconto Comercial :	
13%	41 000,00	5 330,00	Base de Incidência de I.V.A. :	
23%			Total de I.V.A. :	5 330,00
TOTAL do DOCUMENTO em EUR				46 330,00

Pode adjudicar a proposta enviando este documento, devidamente carimbado e assinado, por fax (243 589 759) ou e-mail (geral@agridirect.pt)

(Assinatura)

ANEXO I
MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

- 1- Nuno Miguel Caixinha Paim, CC n.º. 11098270, residente R. José Martins Apolinario em Benfica do Ribatejo, na qualidade de representante legal de Agridirect, Lda., NIF: 508 009 820, com sede na E.N. 118 – Azeitada em Benfica do Ribatejo, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento n.º. 2017/300.10.005/9, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada Agridirect, Lda. se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) N/Prop. N.º. 1 de 09.01.2017.
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente.
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a honorabilidade profissional;
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
 - g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho(13);
 - h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao



pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por nenhum dos seguintes crimes:

i) *Participação* em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) *Corrupção*, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) *Fraude*, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) *Branqueamento de capitais*, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

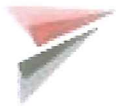
j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia





sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Benfica do Ribatejo, 09.01.2017

AgriDirect
Precisão Agrícola Unip. Lda
A Gerência